

CORREIO POLÍTICO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Carne começou a faltar nas unidades do Carrefour

Ministro da Agricultura critica falas do Carrefour sobre carne

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, reagiu com indignação à decisão do Carrefour na França sobre a paralisação de compra da carne brasileira e afirmou que, além de os produtores paralisarem a venda de carne na rede nacional do grupo francês, produtores de frango também estão seguindo o mesmo caminho.

Em entrevista à Folha, Fávaro disse que a decisão

tem o apoio integral do ministério e da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes, que reúne 43 empresas do setor no país, responsáveis por 98% da carne negociada para mercados internacionais. Ao se referir à decisão do presidente mundial do Carrefour, Alexandre Bompard, o ministro classificou o ato como um "absurdo" e um pretexto protecionista.

Declarações

Na semana passada, o CEO do Carrefour anunciou a suspensão da compra de carne de países do Mercosul, por suposta motivação sanitária e ambiental. A declaração foi criticada por Fávaro: "Isso nós não vamos admitir, o que nós temos de mais precioso é a qualidade sanitária da nossa carne".

Retratção

A embaixada da França no Brasil também criticou as falas do CEO. Segundo a CNN Brasil, Bompard deve fazer uma retratação pública sobre as falas da carne brasileira. Uma primeira versão da carta chegou a ser apresentada ao governo, que pediu alterações no documento.

Gustavo Moreno/SCO/STF



STF avalia em plenário virtual

STF forma maioria em manter símbolos religiosos em órgãos

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou nesta segunda-feira (25) maioria de votos para permitir a continuidade do uso de símbolos religiosos em órgãos públicos de todo o país.

Até o momento, a Corte tem seis dos 11 votos do plenário para rejeitar um recurso do Ministério Público Federal (MPF)

que pede a proibição da utilização de crucifixos, imagens de santos e outros objetos nos prédios públicos.

O julgamento virtual será finalizado nesta terça-feira (26). Apesar de ter maioria dos votos, por ser tratar de plenário virtual, os demais ministros da Suprema Corte podem pedir vista do projeto.

Estado Laico?

O debate chegou após uma representação de um cidadão devido a existência de um crucifixo no Plenário do TRE-SP. Na avaliação do MPF, a permissão dos símbolos viola os princípios constitucionais da liberdade de crença religiosa e da laicidade do Estado.

Votos

Segundo Zanin, "a presença de símbolos religiosos em prédios públicos, desde que tenha o objetivo de manifestar a tradição cultural, não viola os princípios da não discriminação". Em seguida votaram Flávio Dino, André Mendonça, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Edson Fachin.

Zanin

Prevalece o voto do relator, ministro Cristiano Zanin. O ministro ressaltou que o cristianismo faz parte da formação da sociedade brasileira e que os feriados alusivos à religião, nomes de locais públicos fazem parte da cultura do Brasil. Portanto, reforçar os símbolos não é inconstitucional.

Entenda

A ação questiona se a manutenção do símbolo fere a liberdade de crença e a laicidade estatal, presentes na Constituição Federal. O próprio plenário do STF tem um crucifixo na parede atrás da cadeira do presidente da Corte. A escultura foi quebrada durante a invasão de 08/01/2023.

Pela primeira vez, Bolsonaro fala sobre indiciamento

Ex-presidente alega estar sofrendo perseguição política

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

Após ser um dos nomes indiciados pelo relatório da Polícia Federal (PF) sobre uma tentativa de golpe de Estado, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL) se defendeu e disse que tinha "zero conhecimento" do então plano de golpe de Estado. Esta foi a primeira vez que ele se manifestou sobre seu indiciamento. A declaração foi realizada nesta segunda-feira (25) em entrevista coletiva com a imprensa no aeroporto de Brasília, após ele voltar de uma viagem para São Miguel dos Milagres, em Alagoas. Ele estava acompanhado de aliados.

"A palavra 'golpe' nunca esteve no meu dicionário. [...] Não convoquei ninguém e não assinei papel. Eu procurei saber se existia alguma maneira na Constituição para resolver o problema. Não teve como resolver, descartou-se", destacou Bolsonaro.

O ex-presidente informou que tentou recorrer às últimas eleições presidenciais porque, segundo ele, "tinha insatisfações" devido ao resultado de 2022. Porém, o ex-presidente reiterou que tentou "todas as medidas possíveis, dentro das quatro linhas da Constituição", mas quando não viu alternativas, segundo ele, desistiu da alternativa. "Ninguém vai dar golpe com general da reserva e mais meia dúzia de oficiais. É um absurdo o que estão falando. Da minha parte nunca houve discussão de golpe. Agora, todas as medidas possíveis, dentro das quatro linhas da Constituição, eu tentei", disse.

Bolsonaro disse que, não somente ele como a direita brasileira, está sofrendo perseguição



"Não podemos começar agora a querer punir o crime de opinião", diz Bolsonaro.

política. Ele ainda reforçou que nenhum plano "foi iniciado" com o intuito de matar o então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seu vice Geraldo Alckmin (PSB), e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, que na época também era presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

"No meu entender, nada foi iniciado. Não podemos começar agora a querer punir o crime de opinião, ou o crime de pensamento", destacou.

Anistia

O ex-mandatário destacou que, apesar de não concordar com os atos antidemocráticos contra a sede dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023,

não considera o ato como uma tentativa de golpe de estado. "Golpe de estado tem que ter participação de todas as forças armadas. Ninguém dá golpe de Estado num domingo, em Brasília, com pessoas que estavam com bíblias debaixo do braço e bandeira do Brasil na mão, nem usando estilingue, bolinha de gude e, muito menos, bastão", reforçou.

Questionado pela imprensa sobre o projeto de lei que concede anistia a todos os envolvidos nos atos de 8 de janeiro (PL 2858/2022), Jair Bolsonaro disse que a discussão do tema será adiada por "não ter clima" para ser aprovada.

"Não tínhamos clima para

aprovar no plenário da Câmara. Poderíamos aprovar na Comissão [de Constituição e Justiça], mas não teríamos clima para aprovar o tema no plenário", constatou.

Todavia, ele declarou que o texto ainda será apreciado. Porém, com mais calma. Os parlamentares aliados devem solicitar a convocação de familiares dos presos, de familiares de pessoas que estão refugiadas na Argentina, dentre outros.

O texto concede anistia não somente àqueles que invadiram as sedes dos Três Poderes, mas também aos organizadores, financiadores e aqueles que incentivaram, inclusive nas redes sociais.

Pacote de gastos deve ser anunciado nesta semana

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Governo aguarda posição do Legislativo

Por Karoline Cavalcante

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta segunda-feira (25) que o Governo Federal fechou o entendimento sobre o novo plano de corte de gastos e que a medida deverá ser anunciada nesta semana. A declaração ocorreu à imprensa na portaria da pasta após retornar de reuniões ministeriais convocadas pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no Palácio do Planalto, para concluir o texto.

Agora, o resultado do pacote será apresentado para o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e para o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), além dos líderes partidários. De acordo com Haddad, a data do anúncio dependerá do Legislativo.

"Foi uma reunião definitiva, fechamos o entendimento dentro do governo. O presidente já decidiu as últimas pendências. Devemos falar com os presidentes das Casas conforme eu tinha anunciado, e aí nós vamos encaminhar", iniciou. "Nós já estamos preparados, já está tudo redigido na Casa Civil. Então a gente manda a remessa para anunciar com certeza essa semana. Agora, o dia e a hora vão depender mais do Congresso do que de nós", acrescentou o ministro.

Congresso

A medida será encaminhada para o Congresso Nacional por meio de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e um Projeto de Lei Complementar (PLP). Segundo o ministro, "a ideia é mandar no menor número de diplomas", ou seja, o pacote aproveitará textos já em tramitação no Congresso.

2024

Haddad mostrou esperança pela aprovação ainda em 2024. "A intenção é essa pelo seguinte: há pelo menos uma PEC que deve ser votada este ano, por exemplo a da Desvinculação das Receitas da União

(DRU). Dependendo do julgamento dos congressistas, se concordarem, talvez a gente aproveite aquilo que for matéria constitucional nesta PEC", esclareceu.

As ações em discussão incluem um projeto que combate os supersalários, mudanças no seguro-desemprego, no salário-mínimo, no abono salarial e nas regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC); entre outros.

Participantes

Participaram das reuniões no Planalto, a equipe da Junta de Execução Orçamentária (JEO), composta por Haddad; pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa; pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck; e pelo secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento, Gustavo José de Guimarães e Souza. Chefes de outras pastas, como Defesa, Educação e Saúde também estiveram presentes.

Além dos citados, a pedido do presidente Lula, o diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galpólo — que é o futuro presidente da autarquia —, compareceu ao encontro. "Ele queria ouvir a percepção do Gabriel sobre as matérias, então o convocou para a reunião", informou Haddad.